

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.324 - CE (2019/0358177-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SARA RAMOS SIQUEIRA (PRESO)
ADVOGADO : ANTÔNIO HERMENEGILDO MARTINS - CE010267
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SARA RAMOS SIQUEIRA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Depreende-se dos autos que a recorrente encontra-se em custódia preventiva pela prática, em tese, dos delitos inscritos nos arts. 155, 147 e 333 do Código Penal, bem como no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (e-STJ fl. 42).

Narram os autos que a ora recorrente e corréu corromperam adolescentes para furtar peças de roupa de uma loja, empregaram violência contra uma vítima para assegurarem impunidade de um crime e a recorrente ofereceu vantagem indevida a policial militar com o intuito de impedir sua prisão (e-STJ fls. 35/36).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 70):

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. FURTO. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva é medida excepcional que somente deve ser decretada quando presentes os requisitos legais, em decisão fundamentada, com o necessário exame da inadequação ou insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

2. Muito embora inquéritos policiais e ações penais em curso não possam ser utilizados para agravar a pena-base no momento da dosimetria da pena, constituem-se em elementos aptos para a decretação/manutenção da prisão antecipada, por demonstrarem,

cautelarmente, receio concreto de reiteração delitiva. Incidência da Súmula 52 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

3. A aplicação de medidas cautelares diversas à prisão revela-se inadequada, sendo o recolhimento provisório do paciente ao cárcere materialmente necessário para a salvaguarda da ordem social.

4. Ordem denegada.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade da custódia preventiva ante a falta de fundamentação idônea, da decisão de prisão cautelar (e-STJ fl. 86).

Destaca que a recorrente é primária e portadora de bons antecedentes (e-STJ fl. 89).

Assere ser suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão para fins de garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal (e-STJ fl. 86).

Diante dessas considerações, pede, liminar e definitivamente, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal (e-STJ fl. 91).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, o delito foi cometido mediante grave ameaça (e-STJ fl. 43), circunstância que, em uma análise perfunctória e não exauriente, autorizaria a decretação e a manutenção da custódia preventiva e o afastamento da substituição da prisão preventiva por domiciliar no caso de mães de crianças menores de 12 anos.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator